

PROGRAMA DO BE - 2011

3. UM PROGRAMA PARA REANIMAR A ECONOMIA E CRIAR EMPREGO: A PRIORIDADE DO INVESTIMENTO PÚBLICO PARA A REABILITAÇÃO URBANA

A redução do montante do investimento público durante a governação do PS foi um dos factores que contribuiu para a vulnerabilidade à recessão, assim que o investimento privado se foi reduzindo.

Por isso, a expansão do investimento público é uma das condições da recuperação e da protecção do emprego.

Mas é fundamental que esse investimento corresponda a um projecto estratégico que qualifique a economia, além de garantir efeitos de curto prazo, no emprego, na actividade económica e no bem-estar das pessoas.

O Bloco de Esquerda defende que a prioridade dos grandes investimentos públicos deve ser um programa de reconstrução urbana com um objectivo: mudar as relações económicas na habitação. Recusamos assim a prioridade do PS para os transportes, nomeadamente porque esse programa de investimento tem um prazo muito longo até à obtenção dos primeiros impactos económicos. A preparação da construção de infra-estruturas necessárias, como o futuro aeroporto internacional, não deve prejudicar o investimento de curto e médio prazo.

Assim, esse programa de reabilitação urbana deve ter as seguintes condições e características:

- Co-financiamento da reabilitação obrigatória das casas desocupadas e degradadas,
- Tomada de posse pelas autarquias das casas não reabilitadas, que serão reconstruídas pelas Câmaras com apoio do Estado, sendo depois alugadas pelas autarquias durante cinco a dez anos, consoante o seu valor, para recuperar o investimento, sendo depois obrigatório que sejam mantidas no mercado;
- Constituição de uma Bolsa de Arrendamento, incluindo todas as casas desocupadas que tiveram intervenção pública, as casas não vendidas há mais de um ano, e as que forem propostas para o efeito;
- Agravamento da tributação em IMI da situação de desocupação das casas.

PROGRAMA PARA UM GOVERNO QUE RESPONDA À URGÊNCIA DA CRISE SOCIAL O PROGRAMA PARA O INVESTIMENTO PÚBLICO EM REABILITAÇÃO URBANA

Existem cerca de 500 mil casas desabitadas, das quais cerca de 30% estão disponíveis para venda ou aluguer, e cerca de 61% (mais de 300 mil) não estão colocadas no mercado.

Uma parte dessas habitações está degradada, e muitos proprietários não têm recursos para as reabilitar.

Por outro lado, os preços de aluguer e de compra são ainda excessivos, as populações mais jovens estão a ser suburbanizadas e os centros das grandes cidades estão desertos.

O Bloco de Esquerda propõe um programa de investimento público prioritário para responder a estes problemas. Além disso, o investimento em reabilitação tem a vantagem de ter um efeito multiplicativo imediato, quer por via da criação de emprego – ao contrário das grandes obras públicas que só têm impactos em emprego dentro de cinco a dez anos – quer por via da redução dos preços e portanto do aumento do rendimento das famílias.

A modificação radical do mercado de arrendamento com a recuperação dos centros urbanos tem ainda a vantagem da redução dos movimentos pendulares de transportes e o combate à guetização.

Assim, o Bloco propõe a articulação entre três medidas.

- A primeira é a reavaliação geral das matrizes urbanas e a penalização com uma sobretaxa de 5% no IMI quando as casas estão desocupadas e não estão disponíveis no mercado.
- A segunda é um programa de juros bonificados para os investimentos dos proprietários em reabilitação, se as casas forem colocadas numa Bolsa de Habitação segundo regras de valorização que permitam preços controlados.
- A terceira é, para os proprietários que não têm recursos para a reabilitação, a intervenção do Estado e dos municípios, que tomam a seu cargo as obras, alugam depois a casa durante cinco a dez anos consoante o custo, e a devolvem no final do prazo.
-

Considerando os preços médios de reabilitação, este programa deve investir 500 milhões de euros durante cinco anos, para conseguir reabilitar 100 mil casas e apoiar com juros bonificados a reconstrução de outras 100 mil. Esta profunda reforma urbana requer um investimento público imediato mas também constrói um efeito de longo prazo na alteração do acesso à habitação.

Por outro lado, superar a perniciosa financiarização da economia portuguesa exige uma política de habitação adequada e uma política de combate à especulação fundiária. Para esse efeito, o Bloco de Esquerda defende a apropriação pública das mais-valias geradas pela intervenção dos poderes públicos por via da modificação das definições administrativas da classificação dos terrenos.